

# YARA DENUNCIA OMAR POR 'PERSEGUIÇÃO'

**'Intimidação'** A iniciativa ocorreu após ministro do Supremo conceder liminar para impedir a quebra do sigilo telemático, fiscal e telefônico da conselheira e da filha dela, pelo parlamentar

Avaliação Para Yara Lins, a iniciativa do senador não possui fundamentação

**Álison Castro**

Redacao@diarioam.com.br

**Manaus**

A conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Yara Lins qualificou, em nota, como tentativa de "intimidação" e "perseguição política" contra ela e a família, por ter sido alvo de várias queixas criminosas feitas pelo senador Omar Aziz (PSD-AM). A iniciativa do senador ocorreu após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luis Roberto Barroso conceder liminar para impedir a quebra do sigilo telemático, fiscal e telefônico da conselheira e da filha dela, Teresa Raquel Baima Rabelo, pe-

lo parlamentar, presidente da CPI da Pandemia.

"Repúdio é a palavra que define os meus 45 anos de vida pública. Nesses anos combati a corrupção e a má gestão, sempre de forma a atender à legislação e os princípios da administração pública", diz a nota da conselheira.

De acordo com o texto, a iniciativa do senador não possui fundamentação. "Uma perseguição política, vazia de uma narrativa fantástica de declarações e suposições", diz a nota, que anuncia medidas judiciais. "Defenderei minha honra e continuarei firme na minha atuação, fiscalizando o mau uso do dinheiro público de forma implacável", assinala o texto da ex-presidente da

Corte de Contas.

A perseguição atribuída a Omar Aziz ocorreu após se envolver em um embate na CPI do Senado, com o deputado estadual Fausto Jr (MDB), relator da CPI da Saúde da Assembleia Legislativa do Estado (ALE), em 2020, que apontou desmandos, desvios e falta de licitação em meio à crise da saúde do Estado, agravada pela pandemia.

No último dia 2 de julho, o deputado denunciou que a mãe dele, a conselheira Yara Lins, foi ameaçada de morte por meio de ligação telefônica, e que havia registrado um Boletim de Ocorrência (B.O) na polícia sobre o crime contra a conselheira do TCE.

"Minha família está sendo

ameaçada de morte e isto eu não vou aceitar. Não quero acreditar que isto não seja coincidência. Já temos o número de telefone, acionamos nossos advogados para tomarmos as medidas judiciais cabíveis. Este é o preço que se paga por falar a verdade. Estou sen- do perseguido de forma covarde, eu e minha família", disse o deputado, na ocasião.

Fausto Jr. disparou mais críticas contra Aziz. "Ninguém pode falar em corrupção na Saúde do Amazonas sem investigar a Operação Maus Caminhos e a gestão do governo de Omar Aziz", disse, ao se referir às várias fases da operação da Polícia Federal, transformadas em ações judiciais sobre desvio de recursos na

Saúde do Estado.

Durante audiência na CPI, no final de junho, Fausto Jr. afirmou que o Aziz deveria também ter sido indiciado, por possíveis crimes praticados durante a sua gestão como governador do Amazonas, no início da década. No discurso, ele lembrou que mais líderes do Estado também deveriam ter sido nominados na CPI da Saúde, realizada na ALE.

"Todos os governadores investigados pela CPI mereciam ser indiciados. Eu propus isso na comissão e não foi aceito. O certo era pra ser indiciado Omar Aziz, o ex-governador Omar não somente o governador Wilson Lima, todos têm participação", disse Fausto Jr.